

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

MARCELA BARBOSA DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E FEMINISMO:
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

SÃO PAULO
2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

MARCELA BARBOSA DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E FEMINISMO:
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para a graduação no curso de Psicologia, sob orientação da Professora Maria Thereza de Alencar Lima.

SÃO PAULO
2019

Resumo

Hoje, o feminismo é pauta de diversas discussões pelo mundo. Muitas delas questionam a produção científica como mantenedora do *status quo* e, assim, afirmam que fazer ciência a partir de uma visão feminista é uma forma de lutar contra a desigualdade de gênero. Assim, o presente trabalho teve como objetivo descrever e analisar a literatura nacional em psicologia comportamental sobre feminismo. Foram selecionados cinco artigos e estes foram organizados em uma tabela contendo dados como autor, ano de publicação, país e local de publicação. A partir da leitura destes textos, foi possível observar que aproximações entre a teoria comportamental e o feminismo são passíveis de serem feitas. Os principais conceitos utilizados para essas aproximações são a seleção por consequências, controle e o conceito de metacontingência. Também deve-se ressaltar a crítica a essencialismos e biologicismos e que a discussão sobre tal tema pode ser vista como uma contribuição para a sociedade já que, conhecendo os determinantes de um comportamento, torna-se possível planejar mudanças.

Agradecimentos

Olhando para trás, penso em quantas vezes achei que não chegaria aqui. Parece um jeito triste de começar, mas é inevitável pensar nas infindáveis horas no transporte público, nas vezes que saí correndo da empresa para chegar atrasada na aula, nos trabalhos que viraram verdadeiras provações. Nas dificuldades que enfrentei sendo bolsista em uma universidade privada e nas horas de terapia que isso me rendeu.

Ao mesmo tempo, vejo o quanto cresci, quantas pessoas conheci, quantas amizades nasceram e vejo a profissional que nasceu de tudo isso. É essa profissional que hoje agradece as oportunidades que teve, aos professores que insistiram, aos amigos que acolheram.

Muito obrigada professora Teca por continuar acreditando em mim durante esses dois semestres em que eu mesma não acreditava. Obrigada professora Myrt por aceitar ser parecerista e fazer parte desse momento tão esperado. Agradeço também aos meus amigos, em especial à Lucas Marques, José Hamilton, Victoria Abad, Diana Avellar, Gabriela Santos, Patrícia Marcelino, Ton Pacheco, Flavia Lambiasi e Larissa Vieira. Sem vocês nada teria dado certo. Às chefes que sempre me apoiaram no trabalho, na faculdade e em todo o resto: Sara Carneiro, Camila Nóbrega e Tatiana Cirio. Por último e talvez mais importante, agradeço a minha mãe, Lucia Barbosa, que tanto batalhou para que eu pudesse estar aqui.

Que esse seja só o começo de um grande futuro.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. HISTÓRIA DO FEMINISMO	9
2.1. O feminismo no Brasil	11
3. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO	14
4. MÉTODO	18
5. RESULTADOS	19
6. ANÁLISE DE RESULTADOS	21
7. DISCUSSÃO	24
8. REFERÊNCIAS	27

1. Introdução

O feminismo nunca esteve mais em alta. Em 2017 o dicionário americano Merriam-Webster escolheu essa palavra como a palavra do ano. Desde 2016, a busca pelo termo no Google cresceu 200% (BRANDALISE, CAVICCHIOLI; 2018). Em um levantamento feito pelo Estado, usando como base dados da plataforma Google Trends, o aumento das buscas pela palavra “feminismo” foi de 30 em 2015, para 100 em Outubro de 2018, em uma escala que vai de 0 (nenhuma popularidade) a 100 (recorde de interesses) e, entre os principais termos que são pesquisados relacionados à “feminismo”, estão as palavras “significado” e “machismo”, além de buscas por diferentes vertentes, como feminismo interseccional, liberal e marxista (GIANTOMASO, 2018). Eva Alterman Blay, coordenadora do USP Mulheres, diz que usa o termo “feminismos”, já que “não existe um só feminismo, mas várias formas, que têm mudado ao longo do tempo, dependendo da história, do país e da perspectiva” (GIANTOMASO, 2018). Por outro lado, o levantamento também indicou pesquisas de caráter pejorativo, como “feminismo é mimimi” e “por que feministas não se depilam”, o que indica que um olhar negativo ainda perdura sobre o movimento feminista.

Além da internet, a popularização do tema também se deve a campanhas recentes protagonizadas por atrizes e personalidades do Estados Unidos: “Me too” (“eu também”, em português), onde mulheres expuseram abusadores contando suas histórias e “Time’s up” (em tradução livre, algo como “o tempo acabou”), campanha que incluiu a criação de um fundo para ajudar vítimas de assédio sexual na indústria do entretenimento em Hollywood. Na América Latina, temos o movimento “Ni Una Menos”, que organiza passeatas anuais contra o feminicídio. No Oriente Médio, em janeiro e fevereiro de 2018 houveram protestos contra a obrigatoriedade do uso do véu, em vigor desde 1979 no Irã. Já na Arábia Saudita, uma lei que exigia o consentimento de um homem para que uma mulher abrisse uma empresa foi mudada pelo governo. No Brasil, durante o carnaval e em diversas cidades, foram distribuídos adesivos e cartazes com frases como “não é não”, “depois do não tudo é assédio” e “meu corpo não é folia”

Hoje há também uma preocupação em pensar diferentes perspectivas envolvendo gênero, raça, classe e sexualidade. Mafoane Odara, coordenadora de

projetos do Instituto Avon, diretora executiva da Anistia Internacional e fundadora da ONG Criola, aponta que “ser branca em São Paulo é diferente de ser negra e nordestina” (BRANDALISE, CAVICCHIOLI; 2018).

Mesmo com o tema sendo pauta de diversas discussões e lutas pelo mundo, muita coisa ainda está longe do ideal. No Brasil, segundo o Mapa da Violência de 2015, a taxa de homicídios entre mulheres negras aumentou 54,2% entre 2003 e 2013, enquanto a taxa entre mulheres brancas caiu 9,8%. Outro ponto é o fato de que a taxa de desemprego entre mulheres negras é de 17,4%, enquanto entre mulheres brancas é de 11,6%. Além disso, se pensarmos em mulheres trans e travestis, devemos levar em conta a resistência do mercado de trabalho e a violência constante a que são expostas: em 2016, foram registradas uma morte a cada dois dias (BRANDALISE, CAVICCHIOLI; 2018).

Segundo o Fórum Econômico Mundial, no ritmo atual, o Brasil levará 95 anos para alcançar igualdade de gênero. Nos últimos anos o país vem perdendo posições no ranking que analisa essa igualdade: em 2015 estava na 85ª posição, em 2016 ficou no 79º lugar e em 2017 ficou em 90º (WENTZEL, 2016). O desempenho do país é o terceiro pior na região que engloba América Latina e Caribe, ficando atrás apenas do Paraguai, com a 96ª posição, e Guatemala, com a 110ª (ALVARENGA, 2017).

É inegável o avanço e as mudanças alcançadas até agora, porém ainda há muito o que mudar para que efetivamente haja igualdade entre homens e mulheres. Durante a década de 70 e 80, o movimento político do feminismo da segunda onda, como é chamado, tinha como objetivo mudar as condições das mulheres e, a partir desse projeto político, surgiu um projeto intelectual: a teoria feminista (KELLER, 2006). Essa teoria pretendia

facilitar a mudança no mundo da vida cotidiana analisando – e expondo – o papel que as ideologias de gênero desempenham (e têm desempenhado) no esquema abstrato subjacente a nossos modos de organização. Isso significava reexaminar nossas suposições básicas em todos os campos tradicionais do trabalho acadêmico – história, literatura, ciência política, antropologia, sociologia, etc (KELLER, 2006).

A autora também ressalta que, quando acadêmicas feministas escrevem sobre a própria ciência, ajudam a promover essas mudanças. Na psicologia, Prilleltenski e Fox (1997, apud NEVES, 2004) ressaltam que, quando se assume uma abordagem

crítica, a psicologia deixa de ser uma ciência orientada por uma ideologia universal centrada em problemas individuais e passa a ser uma ciência comprometida com questões sociais, a partir da análise de fatores estruturais, políticos e culturais. Partindo desse ponto, visa-se então trabalhar questões de poder e promover a voz e o poder de grupos desfavorecidos (NELSON, PRILLELTENSKY, 2004; apud NEVES, 2004). No livro “Ciência e Comportamento Humano” (1953, p. 427), Skinner já dizia que propor mudanças em práticas culturais, além de fazer essa mudança e aceitá-la, são partes do objeto de estudo do analista do comportamento.

Assim, diante do exposto, esse trabalho teve como objetivo realizar uma revisão bibliográfica de textos que discutem o feminismo em Análise do Comportamento, teoria estruturada e amplamente difundida por B. F. Skinner, buscando compreender as contribuições e direções apontadas a partir dessa discussão. Esse tema se justifica na medida em que, mesmo com inegáveis avanços, hoje o feminismo ainda é uma pauta necessária na vida de milhares de mulheres no Brasil e no mundo.

2. História do feminismo

Ao longo do tempo, a palavra feminismo já foi definida de várias formas e até hoje possui diversos significados. Segundo Garcia (2015), esse movimento pode ser definido como:

a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim (GARCIA, 2015)

E assim, se articula como filosofia política mas ao mesmo tempo, como movimento social. A palavra “feminismo” têm seu uso registrado pela primeira vez no Estados Unidos por volta de 1911, usada para substituir expressões como “movimento das mulheres” e “problema das mulheres”, muito usadas no século XIX (GARCIA, 2015).

Mesmo que o termo tenha surgido apenas em 1911, sua história é antiga. Esse movimento social surgiu após a Revolução Francesa, onde através da reivindicação por direitos políticos, alistamento na carreira militar e a luta pelo direito de participar da vida pública, houve a primeira expressão da mulher como sujeito político (GURGEL, 2010). Na França revolucionária de 1791, a dramaturga Olympe de Gouges juntamente com outras mulheres, organizou a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã como resposta a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, feita dois anos antes. Nela, o direito ao voto e à propriedade e acesso às instituições políticas eram reivindicados. A dramaturga foi sentenciada a morte na guilhotina em 1793, por ter “traído a natureza de seu sexo”. (MONTEIRO, 2018).

Assim, até a segunda metade dos anos 1800, o tema central de mobilização das mulheres era a luta pela igualdade, com reivindicações como o direito pela educação, ao trabalho, igualdade salarial e direitos políticos (GURGEL, 2010). Em 1866, durante o Congresso Internacional dos Trabalhadores, os delegados foram contrários ao trabalho feminino, o que fez com que as mulheres se juntassem e criassem, em 1868, a primeira associação feminista, chamada Liga das Mulheres.

Com a consolidação do capitalismo e a industrialização, há um conjunto de alterações de ordem econômica, social e política que trazem repercussões na vida das mulheres, porém mesmo assim elas continuam excluídas de direitos civis e políticos. Assim surge a luta sufragista: da crença de que o sufrágio universal possibilitaria “o acesso das mulheres ao parlamento e por conseguinte abriria a possibilidade de mudança no conjunto das leis e instituições” (GURGEL, 2010). Esse movimento criou uma aliança muito ampla entre mulheres, de forma a unificar posições políticas diferentes. Essa época – a partir da metade século XIX até o fim do século XX – é chamada de “primeira onda”. Aqui, a partir de grandes revoluções, o feminismo adquire um cunho reivindicatório. O fim da primeira onda é marcado pela aprovação da 19ª Emenda À Constituição dos EUA, em 1919, que concedia o sufrágio à mulher em todos os seus estados (BONI, 2015).

Devido a um acúmulo de certas pautas e questões em alguns momentos históricos, juntamente a observação de movimentos organizados que culminam em avanços, esses momentos são chamados de “ondas” (MEDIUM, 2018)

Durante os anos 60 até o fim da década de 80, acontece a segunda onda. A pauta do movimento feminista se altera com a influência do livro “Segundo sexo” de Simone Beauvoir, onde coloca-se em cena a desnaturalização do papel social da mulher (GURGEL, 2010). Há também o início da distinção entre sexo e gênero – o primeiro passa a ser visto como algo biológico e o segundo, como uma construção social –, além da crítica a própria ciência, já que esta teria sido concebida unicamente a partir do ponto de vista masculino (MEDIUM, 2018). Surgem então pautas como o direito ao aborto, a sexualidade livre sem a determinação heteronormativa e o confronto com o modelo patriarcal de família e com a invisibilidade jurídica da mulher – que após o casamento perderia todos os direitos civis e passaria a depender da autorização do marido para qualquer ato (GURGEL, 2010). O slogan criado pela ativista e autora feminista Carol Hanisch, “o pessoal é político” torna-se sinônimo dessa fase (BONI, 2015). Nessa mesma época, Brasil – e de uma maneira geral, a América Latina – lida com ditaduras militares, o que faz com o que movimento feminista se alie a outras forças, lutando também pela redemocratização e questionando a política econômica do país.

Durante esse período, a maioria das autoras e militantes feministas ainda eram brancas e, muitas vezes, de classes mais altas, o que muitas vezes gerava análises consideradas insatisfatórias ou incompletas para outros grupos de mulheres, que

reivindicavam que características específicas de suas identidades também fossem contempladas. A partir disso, mulheres da classe trabalhadora, lésbicas e negras dão início a análises identitárias dentro do feminismo, julgando que diferenças entre mulheres também eram decisivas para suas experiências de opressão (MEDIUM, 2018).

Esse movimento culmina na terceira onda, que tem seu início a partir da década de 1990. Essa fase é caracterizada por uma nova interpretação do gênero e da sexualidade, sendo contrária a paradigmas da segunda onda, os quais supostamente dariam “muita ênfase a experiência de mulheres brancas de classe média-alta, segregando as minorias” (BONI, 2015). Concomitantemente a isso, o mundo sofria grandes transformações: o fim da União Soviética, a queda do Muro de Berlim, o início da dissolução de ditaduras na América Latina, a propagação do neoliberalismo e a revolução causada pelo avanço da internet e a mudança na comunicação (MEDIUM, 2018).

A terceira onda, de forma geral “rejeita quaisquer tentativas de identificação de objetivos comuns, gerais, padronizados, e sequer se reconhece enquanto um movimento coletivo” (MEDIUM, 2018). Outro foco, foi a tentativa de apropriação de termos misóginos e pejorativos usado contra mulheres. Um exemplo é a palavra “vadia”, onde entende-se que essa palavra e seus sinônimos são usados pelos homens como forma de reprimir e repreender mulheres que vivem como querem, inclusive sexualmente.

Atualmente, parte da academia já afirma existir uma quarta onda do feminismo, caracterizada principalmente pelo uso em massa das redes sociais como forma de organização, conscientização e propagação dos ideais feministas. As pautas apontadas como frequentes são a cultura do estupro, a representação da mulher na mídia, os abusos vivenciados no ambiente de trabalho e nas universidades e a postura de denúncia e de recusa ao silenciamento. Porém, não há coesão teórica quanto a existência dessa quarta onda e suas principais pautas (MEDIUM, 2018).

2.1 História do feminismo no Brasil

No Brasil, Otto (2004) separa o movimento feminista também em três momentos: o primeiro, segue a tendência do movimento sufragista e foi liderado por Bertha Lutz. Nesse momento, há a luta pela inclusão das mulheres à cidadania, pela

sua inclusão como sujeito portador de direitos, porém não há o questionamento sobre a opressão da mulher, o que faz a autora dar a esse momento o nome de “bem comportado”. A segunda tendência, chamada de “mal comportada” ou de “feminismo difuso”, fala de um momento onde há a defesa do direito à educação e a abordagem de temas delicados como a sexualidade e o divórcio. Há então a terceira vertente, chamada de “o menos comportado dos feminismos”, que se manifesta no movimento anarquista e no Partido Comunista, tendo como expoente Maria Lacerda de Moura e trata de assuntos como a exploração do trabalho.

Mas a luta das mulheres brasileiras data de bem antes. No período conhecido como Brasil Colônia, mulheres já buscavam ter direito à política, à educação, ao divórcio e ao livre acesso ao mercado de trabalho, mas foi somente no Império que as mulheres conquistaram o direito a educação. Na República Velha as mulheres eram maioria na indústria têxtil, mas ainda buscavam a regularização do seu trabalho e ter um salário igualitário em relação aos homens (FAHS, 2016).

Em 1910, foi criado o partido Republicano Feminino (PRF), o qual buscava promover a cooperação feminina visando o progresso do país, combater a exploração relativa ao sexo e reivindicar o direito ao voto. Apenas durante o Estado Novo as mulheres conquistaram o sufrágio feminino, podendo participar das eleições como eleitoras e candidatas e, assim, em 1932 é eleita a primeira deputada federal brasileira. Já em 1940, o direito ao aborto seguro é garantido em duas situações: quando a vida da gestante está em perigo e em uma gravidez resultante de estupro (FAHS, 2016).

Em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou o Ano Internacional das Mulheres e, no Brasil, o feminismo se fortalece com um evento realizado no Rio de Janeiro, feito para comemorar esse decreto. O evento foi realizado com o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” e, além dele, foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (OTTO, 2004). Em 1975, com a volta de mulheres exiladas nos Estados Unidos e na Europa, houve a organização do Movimento Feminino pela Anistia, fundado por Terezinha Zerbini. Essas mulheres trouxeram uma nova forma de pensar a condição de mulher, onde somente os papéis de mãe, companheira e esposa não mais serviam.

Em 1980 surgem grupos feministas temáticos, além do feminismo acadêmico, centrado no Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo. Em 1985 há a criação das delegacias da mulher e assim, a mulher é reconhecida

como vítima de violência. Além disso, há a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) pelo Ministério da Saúde, onde temas como planejamento familiar, sexualidade e aborto são tratados (OTTO, 2004). Já em 1990, um grande número de ONGs voltadas para o tema surgem, o que Otto (2004) caracteriza como “a mais pública expressão do feminismo na virada do século”.

Em 2003 é criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres, seguida pela criação da Lei Maria da Penha, três anos depois. E só então em 2015 é sancionada a lei que torna qualificado o crime de feminicídio, homicídio realizado contra a mulher em razão de seu gênero.

Assim como no resto do mundo, hoje as mulheres no Brasil têm direitos garantidos por lei, estão no mercado de trabalho e estudam cada vez mais. Mas, na prática, ainda sofrem com desigualdades, como a disparidade nos salários, a pouca inserção no meio político, o feminicídio, o assédio sexual e a cultura do estupro.

3. Análise do Comportamento

A Análise do Comportamento não é uma área da psicologia, mas sim uma maneira de estudar o objeto da psicologia, uma ciência que têm como objeto de estudo a ação de organismos individuais. No entanto, a compreensão do comportamento de humanos e outras espécies é baseada na análise de interações entre sujeito e ambiente e, muitas vezes, o ambiente humano é composto por outras pessoas e suas ações (SAMPAIO & ANDERY, 2010).

Segundo a filosofia behaviorista radical, todo comportamento, seja humano ou não, é controlado por estímulos antecedentes e por consequência – e a essa tríade (estímulo antecedente – resposta – consequência), chamamos tríplice contingência. Em resumo, Skinner (1957/1978) afirma que “os homens agem sobre o mundo, modificam-no e são modificados pelas consequências de suas ações”.

Mais do que isso, para entender a determinação do comportamento, são colocados três níveis de seleção: o primeiro, chamado filogenético, diz respeito a um processo equivalente ao descrito por Darwin como seleção natural e estabelece características inatas das espécies; o segundo, ontogenético, fala sobre a história de aprendizagem individual de cada organismo, produzindo características individuais mantidas por consequências reforçadoras - o que aumenta a probabilidade futura de ocorrências desses comportamentos -; e por último, o terceiro nível é chamado cultural e fala sobre o surgimento e transmissão de práticas culturais, descrevendo as formas pelas quais os indivíduos aprendem por intermédio de outras pessoas, sejam elas de gerações atuais ou passadas, produzindo e acumulando conhecimento ao longo de várias gerações de indivíduos (MARTONE, TODOROV, 2012).

Há duas maneiras de controlar um comportamento: de maneira não-coercitiva, onde o prejuízo para o sujeito é mínimo ou não ocorre, e através de coerção.

O controle coercitivo acontece quando o comportamento é controlado de forma aversiva para o sujeito. Sabe-se, portanto, que o controle sobre o comportamento está em toda parte do mundo e isso não há como negar, mas sabe-se também que nem todo controle é coercitivo (SOUZA, REIS, 2006).

A consequência de um comportamento pode ser tanto um reforçamento (positivo ou negativo), quanto uma punição (positiva ou negativa), sendo que o

reforçamento vai sempre aumentar a probabilidade de que este determinado comportamento que a precedeu aconteça, enquanto a punição tende a suprimir a ocorrência deste comportamento. Considera-se controle coercitivo quando o comportamento é controlado por reforçamento negativo ou punição (SOUZA, REIS, 2006).

Os efeitos da punição são comportamentos de fuga, esquiva e contracontrole. Na fuga, o sujeito, quando em contato com um estímulo aversivo, busca livrar-se dele, enquanto na esquiva, o sujeito antecipa a chegada de um estímulo aversivo, para que nem chegue a entrar em contato com esse estímulo. Já no contracontrole. Aquele que tem o seu comportamento punido irá encontrar uma forma de controlar o comportamento do controlador (SOUZA, REIS, 2006). E para que isso aconteça de maneira eficaz, Sidman (1995) afirma que se faz necessário reconhecer que o controle existe, com seu amplo componente coercitivo, uma vez que negar a existência do controle não impede que ele exista, podendo até aumentar ainda mais a sua eficácia. Se partimos do pressuposto que mulheres são privadas de seus direitos devido a atitudes e ideais machistas, reconhecer essa realidade e lutar contra ela pode ser visto como uma forma de contracontrole.

Outro ponto é que, como já dito acima, muitas vezes o ambiente humano, onde se dá o comportamento, é composto por outras pessoas e, assim, se faz necessário o estudo de fenômenos sociais. A expressão “fenômenos sociais” abarca o que foi chamado de “comportamento social” e “prática cultural” (ANDERY, MICHELETTO & SÉRIO, 2016). Segundo Skinner (1953), comportamento social refere-se ao “comportamento de duas ou mais pessoas, uma em relação a outra ou, [dessas pessoas] em conjunto, em relação a um ambiente comum”. Por exemplo, segundo Pierce (1991) citado por Andery, Micheletto e Sério (2016), o comportamento sexual é chamado social pois um parceiro responde em relação ao outro e cooperação também é um comportamento social já que duas ou mais pessoas coordenam suas respostas em relação a um ambiente comum.

Um comportamento é chamado social quando, em uma determinada contingência, uma ação envolve a participação de outra pessoa como um estímulo - ou seja, parte do ambiente relevante -, mediador de consequências ou como parte do próprio comportamento do grupo (GUERIN, 1994; SAMPAIO & ANDERY, 2010). Ou seja, contingências de dois indivíduos se sobrepõe ou se cruzam - o que Skinner (1953) chama de “contingências entrelaçadas”.

Prática cultural, por outro lado, diz respeito a manutenção de comportamentos similares, que têm a mesma função, através de gerações - ou seja, essas comportamentos continuam ocorrendo mesmo com a substituição dos participantes (SAMPAIO & ANDERY, 2010), assim

quando relações comportamentais que definem parte do conteúdo do repertório de um organismo são replicadas nos repertório de outras pessoas, em um sistema sociocultural, o comportamento replicado é chamado de uma prática cultural (GLENN, MALAGODI, 1991, p.5)

A transmissão dessas práticas pode se dar de duas maneiras: novos membros de um determinado grupo entram em contato com circunstâncias semelhantes àquelas as quais os membros anteriores estavam expostos, os membros novos imitam os membros antigos, ou os membros antigos de algum modo ensinam os novos membros como eles devem agir. Apenas quando certas relações comportamentais são repicadas no repertório de outras pessoas, esse comportamento replicado é chamado de prática cultural (GLENN, MALAGODI, 1991).

As práticas culturais não necessariamente permanecem as mesmas com o passar do tempo, podem haver variações nos atos e nas consequências à medida em que as contingências comportamentais são replicadas. Segundo Glenn (2003), essas variações contribuem para a variação necessária à rápida evolução que algumas vezes é observada em culturas.

Quando estamos falando de outros tipos de comportamento operante, dizemos que as consequências agem sobre o operante, enquanto no caso de práticas culturais, as consequências agem no grupo, então, em resumo, podemos dizer que lidamos com o efeito produzido pelo conjunto de comportamentos dos membros do grupo (ANDERY, MICHELETTO, SÉRIO, 2016).

As mudanças no ambiente geradas pelas respostas de mais de uma pessoa são chamadas “produto agregado” que, “tal como consequências comportamentais, são eventos subsequentes às respostas e por elas produzidos” (SAMPAIO, ANDERY, 2010). Assim, quando falamos em comportamento social, o foco está na relação indivíduo-ambiente, mesmo que o ambiente seja composto por outra pessoa, porém quando falamos sobre produtos agregados, o foco muda para as alterações ambientais produzidas pelo comportamento.

Em 1986, Sigrid Glenn propôs o conceito de metacontingência pela primeira vez no artigo “*Metacontingencies in Walden II*”, buscando “formular uma estrutura conceitual unificada para a análise do comportamento social, propiciando também possibilidades para o planejamento de práticas culturais e, por conseguinte, de mudança social” (MARTONE, TODOROV, 2012). Segundo a autora, usar a contingência tríplice para estudar sociedades e práticas culturais pode não ser suficiente, havendo o risco de a análise ser reduzida a um ponto que não mostra como a prática em questão evoluiu e se manteve – e assim, partindo desse pressuposto, torna-se necessário entender o conceito de metacontingência para falar sobre feminismo.

4. Método

A presente pesquisa tratou-se de uma revisão bibliográfica cujo objetivo foi descrever e analisar a literatura nacional em psicologia comportamental sobre feminismo entre 2013 e 2019. Os artigos selecionados foram organizados em uma tabela onde foram destacados nome do artigo, autor (es), ano de publicação e país de publicação. Um resumo foi feito sobre o conteúdo dos artigos e foram analisadas as principais correlações feitas entre feminismo e a teoria comportamental. Foi então discutido as contribuições e direções que a Análise do Comportamento vem discutindo o tema.

O primeiro levantamento bibliográfico foi realizado através de uma pesquisa nas bases dos indexadores Scielo e Google Acadêmico, sendo selecionados artigos, em sua maioria, dos últimos cinco anos, sobre feminismo e Análise do Comportamento. As palavras chaves usadas foram “feminismo”, “gênero”, “análise do comportamento” e “behaviorismo”. Foram consultadas as principais revistas brasileiras dessa corrente teórica, sendo elas: Revista Perspectivas em Análise do Comportamento, Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva e a Revista Brasileira de Análise do Comportamento.

Por fim, foram selecionados cinco trabalhos que resultaram da busca realizada e estavam em conformidade com o objetivo desse estudo. Todos podiam ser acessados integralmente, escritos em língua portuguesa, os quais versavam sobre feminismo e Análise do Comportamento, baseando-se na teoria ou comparando-a ao feminismo e que era sendo eles: “Feminismo e análise do comportamento: caminhos para o diálogo”, “Uma análise behaviorista radical da discussão feminista sobre o empoderamento da mulher”, “Psicoterapia Analítica Funcional feminista: possibilidades de um encontro”, “B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: “a mulher” à luz do modelo de seleção pelas consequências” e “Uma análise do papel exercido pela mulher em Walden II”.

5. Resultados

QUADRO 1 - REVISÃO DOS TEXTOS

Título	Autor(es)	País	Ano	Publicado em
Feminismo e análise do comportamento: caminhos para o diálogo	Aline Guimarães Couto e Alexandre Dittrich	Brasil	2017	Perspectivas em Análise do Comportamento
Uma análise behaviorista radical da discussão feminista sobre o empoderamento da mulher	Aline Guimarães Couto	Brasil	2017	Dissertação - Universidade Federal do Paraná
Psicoterapia Analítica Funcional feminista: possibilidades de um encontro	Marcela Nayara Duarte Fideles	Brasil	2014	Psicologia: teoria e prática
B.F. Skinner e Simone de Beauvoir: “a mulher” à luz do modelo de seleção pelas consequências	Emanuelle Castaldelli Silva e Carolina Laurenti	Brasil	2017	Perspectivas em Análise do Comportamento
Uma análise do papel exercido pela mulher em Walden II	Andreia Bergmann	Brasil	2017	Trabalho de conclusão de curso - Pontifícia Universidade de São Paulo

Fonte: elaborado pela autora.

A partir do levantamento feito, foram analisados cinco textos. Apenas um deles têm como autor um homem – juntamente a uma mulher –, sendo todos os outros escritos apenas por mulheres. Apenas uma autora se repete, tendo escrito dois textos: Aline Guimarães Couto, psicóloga pela Universidade Federal da Bahia e mestre em Psicologia (concentração em Análise do Comportamento) pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná, além de membra do Coletivo Feminista Marias e Amélias de Mulheres Analistas do Comportamento (ESCAVADOR, 2019).

O texto mais antigo data de 2014, enquanto os outros três textos datam de 2017. Dois estudos foram publicados na revista *Perspectivas em Análise do Comportamento*, uma revista online semanal editada desde 2010 e financiada pelo Paradigma – Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento, que busca publicar artigos originais relacionados ao behaviorismo radical e à Análise do Comportamento, destacando análises sobre o desenvolvimento histórico, filosófico, conceitual, metodológico, aplicado e tecnológico da área. Um texto foi publicado na *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, que teve sua primeira publicação no ano de 1999, sendo uma publicação da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC), que busca disseminar e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico da Análise do Comportamento e áreas relacionadas, além de contribuir com o entendimento do comportamento e cognição, sob das tradições da Análise do Comportamento e da Terapia Cognitiva (USP, [2019]). E, por último, um texto foi publicado na *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, que publica trabalhos originais em português ou inglês nas categorias artigo teórico, análise conceitual, relato de pesquisa pleno e breve, além de artigos que contribuem para a preservação da história da Análise do Comportamento e traduções de artigos clássicos. Tudo isso visando a divulgação da Análise do Comportamento no Brasil e no exterior (MEURY, 2017).

6. Análise de resultados

O texto “Feminismo e análise do comportamento: caminhos para o diálogo” buscou revisar produções sobre feminismo em periódicos analítico-comportamentais, onde foram encontradas oito publicações a respeito da superação da desigualdade de gênero, sendo seis deles em inglês e dois em língua portuguesa. Foram então estabelecidas aproximações teórico-práticas, como a compatibilidade da visão behaviorista radical com o feminismo, já que ambos consideram as ações humanas como frutos de um contexto – o que contribui para negar a existência de essências masculinas ou femininas. Assim como o feminismo, o behaviorismo radical também tece uma crítica a internalismos e biologicismos quando o comportamento humano é descrito. Por último, a autora afirma que a crítica feita pelas feministas também se estende à noção de livre arbítrio – criticada por analistas do comportamento – já que há um excessivo foco no indivíduo como iniciador das ações, o que poderia contribuir para ocultar os determinantes sociais das ações humanas, o que por sua vez enfraqueceria a discussão do papel destes determinantes para uma cultura menos sexista.

A dissertação “Uma análise behaviorista radical da discussão feminista sobre o empoderamento da mulher” parte do pressuposto que, o empoderamento pode ser descrito como um conjunto de comportamentos humanos, e assim, o presente trabalho realiza uma revisão das variáveis comportamentais que controlam o uso do termo em periódicos feministas, em uma tentativa de descrever em quais condições as feministas consideram comportamento(s) como empoderados/empoderadores, que de início são categorizados em dois grupos: empoderamento com base em estados internos e empoderamento com base no contracontrole. Assim, o empoderamento feminino é descrito como o processo pelo qual as mulheres adquirem novos repertórios comportamentais que, de alguma forma, se relacionam à mudança de contextos aversivos dependentes do seu gênero. Para além disso, a autora afirma que tal aprendizado se dá especialmente entre outras mulheres que, de acordo com suas próprias histórias de vida, dispõem de reforçadores para o comportamento de mulheres aprendizes que não estejam de acordo com as práticas culturais prescritas pela sociedade em geral. Por fim, considera-se que entendendo o que é o empoderamento feminino, torna-se mais fácil planejar e promover intervenções

comportamentais que tenham como objetivo contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

No texto “Psicoterapia Análítica Funcional feminista: possibilidades de um encontro”, por sua vez, foi realizado um estudo de literatura, comparando os estilos clínicos da Terapia Feminista (TF) e da Psicoterapia Analítica Funcional (FAP). A terapia feminista é definida não exatamente como uma abordagem terapêutica psicológica, mas como uma série de valores e/ou atitudes aplicadas à psicoterapia, nascida das críticas de grupos feministas às terapias psicológicas tradicionais. Um dos seus norteadores é o questionamento da relação terapêutica como reprodutora de uma configuração desigual de poder, na qual as vivências da pessoa em terapia podem ser desconsideradas à luz dos valores promovidos, sem que isso seja percebido pelo terapeuta. Já a FAP usa a relação terapêutica como fonte de mudança comportamental para auxiliar o cliente em uma vida significativa e produtiva, baseando-se no modelo de aprendizagem operante, que postula que o sofrimento psicológico é resultado de processos de interação com o ambiente. Foram feitas então as seguintes aproximações: ambos – Terapia Feminista e FAP – são compatíveis quanto ao manejo da relação terapêutica, à inclusão de elementos sociais e culturais, à ênfase sobre a aquisição de habilidades para modificar o ambiente, ao fato de o terapeuta e o cliente assumirem seus valores e sentimentos, e à validação da vivência emocional do cliente. Seus registros conceituais porém, se baseiam em sensibilidades diferentes: a pragmática clínica para a FAP e os valores políticos para a TF. O estudo sugere que a junção dessas perspectivas pode produzir uma visão clínica mais ampla, além de ser uma estratégia viável para o acolhimento de temas de gênero na atuação clínica.

O artigo “B.F. Skinner e Simone de Beauvoir: ‘a mulher’ à luz do modelo de seleção pelas consequências” busca discutir como a concepção antiessencialista e complexa de ser humano presente no modelo de seleção pelas consequências de B. F. Skinner é consistente com uma das principais teses do movimento feminista, a distinção entre sexo e gênero, que ganhou sistematização e projeção na obra de Simone de Beauvoir. São estabelecidos pontos de aproximação entre as proposições de Skinner acerca do comportamento humano e as de Beauvoir a respeito da condição feminina, tendo como ponto central a noção de seleção de consequências como forma de refletir sobre a condição da mulher evitando essencialismos. Assim, conclui-se que a visão de ser humano através do modelo de seleção pelas

consequências estabelece uma concepção pluralista de mulher, algo que é compatível com a tese de que não há uma essência feminina, e de que o lugar da mulher na sociedade é definido por práticas culturais e não pelo seu sexo biológico.

Já o trabalho de conclusão de curso intitulado “Uma análise do papel exercido pela mulher em Walden II”, analisou o papel exercido pela mulher em Walden II (1948/1978) de B. F. Skinner, como é tratada a questão de gênero no livro e as diferenças existentes entre as contingências às quais estão submetidos mulheres e homens na narrativa. A partir dessa análise, a autora conclui que Skinner, apesar de não ter levado em consideração todas as variáveis controladoras que são importantes na desigualdade de gênero, ao escrever acerca de uma comunidade em que há acesso igual aos reforçadores a homens e mulheres, assim como possibilidade de que ambos os sexos realizem quaisquer tarefas na comunidade, o que pode ser entendido como igualdade de gênero, em um momento em que o feminismo não estava sendo muito difundido, foi inovador.

Todos os estudos selecionados foram teóricos. Tanto o estudo feito por Couto e Dittrich (2017) quando o estudo feito por Fideles (2014) foram feitos através de uma revisão de literatura, enquanto o estudo feito por Couto (2017) e Silva e Laurenti (2017) buscaram realizar aproximações entre a Análise do Comportamento e o conceito de empoderamento e a teoria de Simone de Beauvoir - respectivamente. Por fim, o trabalho feito por Bergmann (2017) buscou analisar o papel da mulher em Walden II, livro escrito por B.F. Skinner em 1948. Os principais conceitos levantados para fazer a ligação entre feminismo e Análise do Comportamento foram seleção por consequências, a negação de internalismos que determinam comportamentos – e assim, também uma crítica ao livre arbítrio – e a ideia de contracontrole.

7. Discussão

De modo geral, todos os textos consideram a teoria da Análise do Comportamento compatível com a teoria feminista. Ambas visões de mundo consideram as ações humanas como fruto de um contexto, negando a existência de essências masculinas ou femininas. Assim, destaca-se a importância de conhecer as variáveis que afetam o comportamento humano. Além disso, conhecer essas variáveis permite que outras sejam construídas e utilizadas como ferramenta de mudança social.

A ótica feminista é importante dentro da ciência, dada a possibilidade de que, uma vez dentro dessa área, pode haver a observação e descrição de variáveis que afetam o comportamento das mulheres, atentando-se a contextos que afetam diferencialmente o comportamento feminino. E, para que isso seja feito, pode-se utilizar os princípios comportamentais descritos pela filosofia e ciência propostas por B.F. Skinner. Ambas teorias discutem o fato de que quando uma pessoa faz ciência, seu comportamento sempre será controlado por variáveis ontogenéticas e culturais e, tais variáveis, diferem de acordo com o sexo desta pessoa. Como a maior parte da ciência ao longo dos anos foi construída por homens, essa ciência é baseada nas suas vivências. Faz-se necessário a inserção feminina em todas as áreas do conhecimento, para que seja possível questionar e rever aspectos tidos como “naturais”, os biologicismos e internalismos que antes nos faziam acreditar que mulheres têm uma essência e homens têm outra.

Além disso, a Análise do Comportamento está de acordo com o feminismo também por apresentar, desde Skinner, uma clara preocupação com questões sociais, preocupação essa, que se estendeu até mesmo à participação em movimentos sociais, como registrado em trabalhos de alguns autores (HOLLAND, 1974/2016, 1978/1983).

É interessante notar que, mesmo com o crescimento do debate sobre o feminismo no mundo e no Brasil, há pouca produção sobre o tema dentro da Análise do Comportamento. Por outro lado, vemos um crescimento recente no interesse em temáticas feministas em encontros acadêmicos no país. Nos congressos de 2015 e 2016 da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC), foi promovido um grupo de interesse específico (GIEs) em feminismo e estudos das mulheres, com participação de estudantes de graduação, pós-graduação e

profissionais buscando explorar as possibilidades de uma atuação feminista dentro da abordagem. Os espaços, promovidos pelo Coletivo Feminista Marias e Amélias de Mulheres Analistas do Comportamento, são uma iniciativa voltada a fomentar o encontro e o debate entre mulheres interessadas em pesquisa e aplicação, bem como a fortalecer os laços entre essas mulheres e permitir a criação e manutenção de uma comunidade verbal feminista. Tais espaços seguem ainda uma tendência de retomar a discussão também nos Estados Unidos, a exemplo da conferência Women in Behavior Analysis, conferência realizada em março de 2017 em Nashville, Tennessee.

O Coletivo Feminista Marias & Amélias foi criado em agosto de 2015 e têm seu nome inspirado na Prof^a Dr^a Maria Amélia Matos, pioneira da Análise do Comportamento no Brasil (COMPORTE-SE, 2015). O coletivo busca promover ações de incentivo e suporte à participação de mulheres na Análise do Comportamento.

Tais ações se voltam tanto às atividades de discussão e produção de conhecimento teórico e prático para embasar nossa atuação enquanto feministas, quanto à promoção de contingências que mantenham relações reforçadoras entre as mulheres da área, visando não apenas a formação de parcerias acadêmicas, mas também a empatia e a sororidade (COLETIVO MARIAS & AMÉLIAS DE MULHERES ANALISTAS DO COMPORTAMENTO, 2019).

Além disso, sabendo que a ciência pode ser usada como ferramenta para promover mudanças, o coletivo se propõe a usar os princípios da Análise do Comportamento para construir um mundo igualitário, buscando modificar as contingências sociais que mantêm as mulheres em posição de inferioridade já que estas são privadas de seus plenos direitos, sem acesso aos mesmos reforçadores disponíveis para os homens e em contato com contingências mais aversivas.

Em resumo, pode-se concluir que todos os textos vão na mesma direção, na medida em que concordam que o feminismo e o behaviorismo têm aspectos comuns e, em sua maioria, destacam o potencial de realizar mudanças na sociedade em que vivemos. Mesmo que, por enquanto, a produção sobre o tema seja esparsa e centralizada em grupos de interesse sobre o tema – o que pode em alguma medida, contribuir para que esse conhecimento não seja tão disseminado e realmente seja efetivo na produção de novas variáveis que possam mudar o comportamento tanto

de homens quanto de mulheres – nos dá esperanças ver que esse tipo de estudo e discussão vem sendo disseminado, aos poucos, em congressos e universidades.

Questionar o modo com as relações acontecem e o modo como a própria ciência vem sendo feita é um ato de coragem. Todo esse conhecimento ainda precisa chegar em muitos outros lugares: nos homens, nas escolas, nos adolescentes, nas ruas, na população que não têm acesso ao conhecimento acadêmico e não sabe o significado da palavra “sororidade”. Mas temos que começar de algum lugar. Nos últimos anos a produção e o debate sobre o tema cresceram tanto no meio acadêmico como fora dela. Que essa seja apenas a chama que acenderá o fogo da mudança.

8. Referências

ALVARENGA, Darlan. **Brasil cai para a 90ª posição em ranking de igualdade entre homens e mulheres**. G1, 2017. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-cai-para-a-90-posicao-em-ranking-de-igualdade-entre-homens-e-mulheres.ghtml>>. Acesso em 19 de Maio de 2019.

ANDERY, Maria Amalia Pie Abib; MICHELETTO, Nilza; SÉRIO, Tereza Maria de Azevedo Pires. **A análise de fenômenos sociais: esboçando uma proposta para a identificação de contingências entrelaçadas e metacontingências**. Revista Brasileira de Análise do Comportamento, [S.l.], v. 1, n. 2, abr. 2016. ISSN 2526-6551. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/2167>>. Acesso em: 22 Nov. 2018.

BERGMANN, Andreia. **Uma análise do papel exercido pela mulher em Walden II**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso, PUC São Paulo.

BRANDALISE, Camila. CAVICCHIOLI, Giorgia. **Revolução Feminista**. Isto é, 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/revolucao-feminista/>>. Acesso em 19 de Maio de 2019.

COLETIVO MARIAS & AMÉLIAS DE MULHERES ANALISTAS DO COMPORTAMENTO. Nossa história. São Paulo, 2019. Facebook, Disponível em: <<https://www.facebook.com/MariasAmelias/>>. Acesso em 27 Maio 2019.

COMPORTE-SE. **Coletivo feminista Marias & Amélias de mulheres analistas do comportamento divulga carta de princípios**. 2015. Disponível em: <<https://www.comportese.com/2015/09/coletivo-feminista-marias-amelias-de-mulheres-analistas-do-comportamento-divulga-carta-de-principios>>. Acesso em 27 Maio de 2019.

COUTO, Aline Guimarães. **Uma análise behaviorista radical da discussão feminista sobre o empoderamento da mulher**. 2017. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/52567>>. Acesso em 08 Out. 2018.

COUTO, A. DITTRICH, A. **Feminismo e análise do comportamento: caminhos para o diálogo**. Perspectivas Em Análise Do Comportamento. 2017. 8(2), 147-158.

Disponível em: <<https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/261>>. Acesso em 26 de Set. de 2018.

ESCAVADOR. **Aline Guimarães Couto**. 2019. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/8306601/aline-quimaraes-couto>>. Acesso em 27 Maio 2019.

FAHS, Ana C. Salvatti. **Movimento feminista**. Politize!, 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/movimento-feminista-historia-no-brasil/>>. Acesso em 07 Mar. 2019.

FIDELIS, M.N.D.; VANDENBERGHE, L. 2014. **Psicoterapia analítica funcional feminista: Possibilidades de um encontro**. *Psicologia: Teoria e Prática*, 16(3):18-29. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/1938/193833500002/>>. Acesso em 07 Mar. 2019.

GARCIA, Carla Cristina. (2011/2015). **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

Giantomaso, Isabela. **Feminismo e Frida batem recorde de buscas no Google no Brasil**. Arte Estadão, 2018. Disponível em: <<https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/feminismo-bate-recorde-de-buscas-no-google-no-brasil-frida-e-a-mulher-mais-pesquisada>>. Acesso em 19 de Maio de 2019.

Glenn, S. S. **Operant contingencies and the origins of cultures**. Em K. A. Lattal & P. N. Chase (Eds.), *Behavior theory and philosophy* (pp. 223-242). New York: Kluwer Academic/Plenum. 2003.

Glenn, S. S. Malagodi, E. F. **Process and content in behavioral and cultural phenomena**. *Behavior and Social Issues* 1, 10-14. 1991.

Guérin, Bernard. **Analysing social behavior: behavior analysis and the social sciences**. Reno, NV: Context Press, 1994.

GURGEL, Telma. **Feminismo e lutas de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade**. In: Anais Eletrônicos do Fazendo Gênero IX: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277667680_ARQUIVO_Feminismoelutadeclasse.pdf>. Acesso em 25 Fev de 2019.

HOLLAND, J. (2016). **Os princípios comportamentais servem para os revolucionários?**. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva*, 18 (esp.), 104-117. Disponível em: <<http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/863>>. Acesso em 27 Fev de 2019.

_____. (1983). **Comportamentalismo: Parte do problema ou parte da solução?** *Psicologia*, 9(1), 59-75. (Tradução. Trabalho original publicado em 1978). Disponível em <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/1975/1/1979_2_317.pdf>. Acesso em 27 Fev de 2019.

MARTONE, Ricardo Corrêa; TODOROV, João Cláudio. **O desenvolvimento do conceito de metacontingência**. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, [S.l.], v. 3, n. 2, mar. 2012. ISSN 2526-6551. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/830>>. Acesso em: 26 Nov. 2018.

MONTEIRO, Gabriela. **O que é feminismo?** Superinteressante, 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-e-feminismo/>>. Acesso em 17 Mar. 2019.

OTTO, Clarícia. **O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces**. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 238-241, Aug. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 Mar. 2019.

SAMPAIO, Angelo Augusto Silva; ANDERY, Maria Amalia Pie Abib. **Comportamento social, produção agregada e prática cultural: uma Análise Comportamental de fenômenos sociais**. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 26, n. 1, p. 183-192, Mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000100020&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Nov. 2018.

SIDMAN, Murray. **Coerção e suas implicações**. Tradução: ANDERY, Maria Amália; SÉRIO, Tereza Maria. São Paulo: Editorial Psy, 1995, p. 246 – 275.

SILVA, E. LAURENTI, C. (2017). B. F. **Skinner e Simone de Beauvoir: “a mulher” à luz do modelo de seleção pelas consequências**. Perspectivas Em Análise Do Comportamento, 7(2), 197-211. Disponível em: <<https://revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/185>>. Acesso em 08 Mar. 2019.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. Brasília: Ed. UnB/ FUNBEC, 1953.

SOUZA, Carla Mares Guimarães; REIS, Maxleila. **Os efeitos da punição sobre o comportamento de crianças e adolescentes**. 2006. Revista de Psicologia. Disponível em: <<http://blog.newtonpaiva.br/psicologia/wp-content/uploads/2012/08/pdf-e2-06.pdf>>. Acesso em 30 Maio 2019.

WENTZEL, Marina. **Brasil levará 95 anos para alcançar igualdade de gênero, diz Fórum Econômico Mundial**. G1, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2016/10/brasil-levara-95-anos-para-alcancar-igualdade-de-genero-diz-forum-economico-mundial.html>>. Acesso em 19 de Maio de 2019.